



# CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

## JUSTIFICATIVA

A empresa prestadora do serviço de abastecimento de água e esgoto do município de Campo Largo, assim como em diversas outras cidades do Paraná cobram a taxa mínima de água e esgoto para os imóveis municipais, situação que os consumidores não têm como optar por outra fonte, tendo em vista que é a única fornecedora no município. Tal atitude é abusiva, pois não dá opção do pagamento somente daquilo que é consumido.

*“Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)  
I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;”*

Ainda, é de competência de o município legislar sobre os interesses locais, podendo escolher qual será a forma de prestação dos serviços essenciais à população em geral conforme artigo 30, I e V da Constituição Federal.

*“Art. 30 Compete aos Municípios:*

*I- Legislar sobre assuntos de interesse local;*

*V- organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”*



## **CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**

ESTADO DO PARANÁ

Com a cobrança da taxa mínima sendo de 5 m<sup>3</sup>, sendo de aproximadamente 5 mil litros de água, aquele que consome menos sente-se desestimulado à praticar a redução no consumo, visto que independentemente de consumir menos, pagará sempre esse mínimo, dessa forma, as políticas públicas de conscientização não tem efeito para a redução no consumo, ou seja, não se tem intenção de reduzir o consumo de um bem importantíssimo para manutenção da vida. Em outras cidades do Paraná já há projetos nesse sentido onde já foram aprovados e sancionados.

Plenário Alberto Klemes, 23 de Janeiro de 2019.



**Giovani Marcon**  
**Vereador**